

# ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NO TRABALHO: LEITURA E ESCRITA PARA SURDOS

LINGUISTIC ACCESSIBILITY AT WORK: READING AND WRITING FOR THE  
DEAF

Ciências Humanas • 24/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774334160](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774334160)

---

Elisângela Ferreira de Castro<sup>1</sup>

Edna Maria Jesus<sup>2</sup>

---

## **RESUMO**

O presente trabalho aborda a relação entre acessibilidade linguística, leitura e escrita em língua portuguesa e inclusão de pessoas surdas no contexto brasileiro, considerando os desafios educacionais e sociais que atravessam esse processo. O tema é analisado a partir da constatação de que, embora existam avanços legais no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, persistem obstáculos que comprometem a participação plena da população surda em diferentes esferas sociais, especialmente na educação e no trabalho. O estudo foi orientado pelo problema de pesquisa que investiga de que maneira a leitura e a escrita em língua portuguesa, articuladas à acessibilidade linguística e à educação bilíngue, influenciam os processos de inclusão social e laboral de pessoas surdas no Brasil. A revisão teórica desenvolvida permitiu compreender a surdez como experiência linguística e cultural, discutir os limites do reconhecimento formal da Libras, analisar os desafios da educação bilíngue no ensino do português escrito como segunda língua e refletir sobre as implicações dessas competências no contexto profissional. O objetivo geral consistiu em analisar os impactos da leitura e da escrita em língua portuguesa nos processos de inclusão de pessoas surdas, considerando a educação bilíngue e a acessibilidade linguística. Como objetivos específicos, buscou-se discutir os fundamentos teóricos e legais do reconhecimento da Libras, examinar as dificuldades no ensino do português escrito e analisar a relação entre letramento e inclusão social e laboral. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, baseada na análise de produções acadêmicas e documentos oficiais publicados majoritariamente entre 2012 e 2025. A análise dos dados evidenciou que as barreiras enfrentadas por pessoas surdas não decorrem de limitações individuais, mas de estruturas educacionais e

institucionais pouco sensíveis à diversidade linguística. Conclui-se que a promoção de uma inclusão justa exige políticas linguísticas efetivas, práticas educacionais coerentes e transformação das estruturas comunicacionais vigentes.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Linguística. Educação Bilíngue. Inclusão Social e Laboral.

## **ABSTRACT**

This study addresses the relationship between linguistic accessibility, reading and writing in Portuguese, and the inclusion of deaf people in the Brazilian context, considering the educational and social challenges involved in this process. The theme is examined based on the recognition that language plays a central role in citizenship and access to rights and that, despite legal advances in the recognition of Brazilian Sign Language, structural barriers continue to limit the full participation of deaf people in education and the labor market. The research was guided by the following problem: how do reading and writing in Portuguese, articulated with linguistic accessibility and bilingual education, influence the processes of social and labor inclusion of deaf people in Brazil? The theoretical discussion allowed for an understanding of deafness as a linguistic and cultural experience, highlighted the limits of the formal recognition of Brazilian Sign Language, analyzed the challenges of bilingual education in teaching written Portuguese as a second language, and reflected on the implications of these competencies in professional contexts. The general objective was to analyze the impacts of reading and writing in Portuguese on the inclusion of deaf people, considering bilingual education and linguistic accessibility. The specific objectives included discussing the theoretical and legal foundations of Brazilian Sign Language recognition, examining the difficulties in teaching written

Portuguese, and analyzing the relationship between literacy and social and labor inclusion. This is a qualitative study of bibliographic and documentary nature, based on the analysis of academic publications and official documents published mainly between 2012 and 2025. The barriers faced by deaf people are not due to individual limitations, but to educational and institutional structures that remain insufficiently responsive to linguistic diversity. It is concluded that promoting fair inclusion requires effective language policies, coherent educational practices, and the transformation of prevailing communicational structures.

**Keywords:** Linguistic Accessibility. Bilingual Education. Social and Labor Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre acessibilidade linguística, leitura, escrita e inclusão de pessoas surdas tem adquirido centralidade no debate educacional e social brasileiro, especialmente diante dos avanços legais que reconhecem a Língua Brasileira de Sinais e ampliam o acesso à escolarização. A linguagem, enquanto elemento estruturante das relações sociais, exerce papel decisivo na construção da cidadania, no acesso a direitos e na participação em diferentes esferas da vida social. Nesse contexto, a realidade das pessoas surdas evidencia tensões persistentes entre reconhecimento formal da diversidade linguística e práticas sociais que ainda se organizam a partir de padrões comunicacionais excludentes.

Apesar da consolidação de políticas públicas voltadas à inclusão, permanecem desafios relacionados ao domínio da leitura e da escrita em língua portuguesa e à efetivação da acessibilidade

linguística em contextos educacionais e profissionais. Essas dificuldades suscitam questionamentos que orientaram o desenvolvimento deste estudo, sintetizados na seguinte pergunta-problema: de que maneira a leitura e a escrita em língua portuguesa, articuladas à acessibilidade linguística e à educação bilíngue, influenciam os processos de inclusão social e laboral de pessoas surdas no contexto brasileiro? A investigação parte do pressuposto de que tais processos são atravessados por fatores linguísticos, institucionais e culturais que precisam ser analisados de forma integrada.

No âmbito da revisão de literatura, o trabalho iniciou-se com a abordagem dos Estudos Surdos e da centralidade da Libras na constituição identitária e social das comunidades surdas. Essa discussão permitiu compreender a surdez como experiência linguística e cultural, rompendo com perspectivas deficitárias historicamente predominantes. A análise indicou que a língua de sinais não se restringe a um meio de comunicação, mas constitui elemento fundamental de pertencimento, produção de conhecimento e interação social, ainda que continue enfrentando processos de marginalização simbólica em diversos espaços institucionais.

Em seguida, o trabalho discutiu o reconhecimento legal da Libras e seus desdobramentos no cenário brasileiro. A análise dos marcos normativos evidenciou avanços importantes no plano jurídico, ao legitimar a língua de sinais e estabelecer diretrizes para sua difusão. Contudo, os estudos analisados indicaram que esse reconhecimento permanece, em muitos casos, limitado ao plano formal, não se traduzindo automaticamente em práticas sociais acessíveis. Essa

constatação revelou um distanciamento entre legislação e realidade, aspecto central para compreender os limites da inclusão linguística.

Outro conteúdo abordado na revisão concentrou-se na educação bilíngue e nos desafios do ensino da língua portuguesa escrita para alunos surdos. A análise evidenciou que, embora a educação bilíngue seja amplamente reconhecida como modelo adequado, sua implementação enfrenta obstáculos relacionados à formação docente, às metodologias adotadas e à produção de materiais didáticos acessíveis. O ensino do português como segunda língua mostrou-se um ponto crítico, frequentemente marcado por abordagens normativas que desconsideram as especificidades linguísticas e cognitivas dos estudantes surdos.

Ainda no campo educacional, a revisão permitiu aprofundar a compreensão dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita, destacando a presença da interlíngua como etapa natural do desenvolvimento da língua escrita. Os estudos analisados indicaram que produções linguísticas influenciadas pela Libras são frequentemente interpretadas como erros, o que revela a persistência de concepções pedagógicas pouco sensíveis ao bilinguismo. Essa interpretação impacta negativamente a trajetória escolar dos estudantes surdos e contribui para a manutenção de desigualdades educacionais.

O último conjunto de conteúdos da revisão voltou-se à relação entre leitura, escrita e inclusão social e laboral. A análise demonstrou que o domínio funcional da língua portuguesa escrita assume papel decisivo na participação em ambientes de trabalho e em práticas sociais institucionalizadas. Os estudos indicaram que a ausência de acessibilidade linguística nesses contextos compromete a

autonomia profissional das pessoas surdas, mesmo quando há inserção formal no mercado de trabalho, evidenciando que a exclusão linguística se intensifica fora do espaço escolar.

A partir desses conteúdos, o trabalho desenvolveu uma discussão crítica que articulou teoria, legislação, educação e práticas sociais. A análise dos resultados evidenciou que as barreiras enfrentadas por pessoas surdas não decorrem de limitações individuais, mas de estruturas institucionais que permanecem organizadas a partir de uma lógica monolíngue. Essa discussão permitiu compreender que a inclusão, quando não acompanhada de acessibilidade linguística efetiva, tende a assumir um caráter superficial e insuficiente.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de ampliar o debate sobre acessibilidade linguística como direito humano e condição para a cidadania. Ao problematizar a relação entre leitura, escrita e inclusão, o trabalho contribui para a reflexão social sobre práticas comunicacionais excludentes e para o fortalecimento de políticas públicas mais comprometidas com a diversidade linguística. No campo acadêmico, a pesquisa oferece uma análise integrada que articula diferentes áreas do conhecimento, ampliando a compreensão sobre a inclusão de pessoas surdas em contextos educacionais e profissionais.

Diante desse percurso, o objetivo geral do trabalho consistiu em analisar de que forma a leitura e a escrita em língua portuguesa, em articulação com a educação bilíngue e a acessibilidade linguística, impactam os processos de inclusão social e laboral de pessoas surdas. Como objetivos específicos, buscou-se compreender os fundamentos teóricos que sustentam o reconhecimento da Libras, examinar os desafios da educação bilíngue no ensino do português

escrito e analisar as implicações dessas competências linguísticas no contexto do trabalho.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em referenciais da metodologia científica nacional. O estudo apoiou-se em contribuições de autores como Quadros (2019), Skliar (2012) e Strobel (2008), utilizando-se essencialmente produções acadêmicas e documentos oficiais publicados majoritariamente na última década, com ênfase no período de 2012 a 2025. A busca inicial foi orientada por palavras-chave como acessibilidade linguística, educação bilíngue, Libras, português como segunda língua, leitura e escrita e inclusão laboral de surdos, permitindo a organização de um corpus analítico consistente.

Quanto à estrutura, o trabalho foi organizado de modo a conduzir o leitor por um percurso analítico progressivo. Inicialmente, são apresentados os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, seguidos pela discussão sobre educação bilíngue, leitura, escrita e inclusão laboral. Em seguida, a metodologia explicita os procedimentos adotados. O capítulo de resultados e discussões articula os achados da revisão com o problema da pesquisa, culminando nas considerações finais, que sintetizam e problematizam os principais resultados.

Por fim, as considerações finais do trabalho indicam que a inclusão de pessoas surdas no Brasil depende da superação de práticas linguísticas excludentes e do reconhecimento da diversidade como princípio estruturante da sociedade. O estudo evidencia que a acessibilidade linguística não pode ser tratada como adaptação pontual, mas como condição essencial para a justiça social,

reforçando a necessidade de transformações institucionais que promovam uma inclusão efetivamente humana e equitativa.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Os Estudos para Surdos e a Centralidade da Libras**

Os Estudos Surdos no Brasil romperam com a visão biomédica e deficitária da surdez, estabelecendo uma perspectiva sociocultural e política que reconhece a surdez como diferença linguística e cultural. Originados no NUPPES/UFRGS, esses estudos enfatizam a centralidade da Libras como língua natural da comunidade surda, fundamental para a construção identitária, inclusão educacional e social. Ao valorizar a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, promovem a biculturalidade e a diversidade linguística, afastando paradigmas de limitação e reforçando o protagonismo e os direitos das pessoas surdas.

Os Estudos Surdos no Brasil consolidaram-se como um campo teórico que questiona a compreensão da surdez sob a ótica biomédica e deficitária, propondo uma leitura fundamentada na diferença linguística e cultural. Nessa perspectiva, a surdez é entendida como experiência visual e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como língua natural da comunidade surda, com estrutura gramatical própria e papel central na constituição identitária e social desses sujeitos (Skliar, 2012; Strobel, 2008; Quadros, 2019).

A centralidade da Libras, segundo os pressupostos dos Estudos Surdos, está diretamente associada à noção de direitos linguísticos e ao acesso equitativo aos espaços sociais. A língua de sinais não se limita a uma função comunicacional, mas atua como mediadora dos

processos cognitivos, simbólicos e sociais, permitindo a participação efetiva das pessoas surdas em contextos educacionais, culturais e institucionais (Quadros; Stumpf, 2022).

Essa compreensão desloca a Libras da condição de recurso compensatório para o estatuto de língua de instrução e interação social. Observa-se que o reconhecimento legal da Libras não garante, por si só, sua centralidade nas práticas sociais. Pesquisas recentes apontam que, embora haja avanços normativos, persistem hierarquias linguísticas que privilegiam o português como língua de prestígio, relegando a Libras a posições secundárias nos processos de escolarização e participação social (Rocha; Pasian, 2023).

Os Estudos Surdos problematizam essas hierarquias ao evidenciar que a subordinação da Libras compromete o reconhecimento das epistemologias surdas. Ao desconsiderar a língua de sinais como espaço legítimo de produção de conhecimento, reproduzem-se práticas ouvintistas que silenciam experiências, narrativas e saberes construídos no interior da comunidade surda. Conforme argumenta Strobel (2008), a língua de sinais é indissociável da cultura surda e da forma como esses sujeitos percebem, interpretam e significam o mundo.

Pesquisas brasileiras recentes têm enfatizado o protagonismo surdo como elemento central na consolidação da Libras. Estudos de cunho histórico-social demonstram que o reconhecimento da língua de sinais no Brasil resultou de lutas políticas e culturais protagonizadas por sujeitos surdos, que reivindicaram o direito de narrar suas próprias experiências e ocupar espaços de decisão (Brito, 2025).

Entretanto, a valorização da Libras não elimina os desafios impostos pela centralidade do português escrito nos espaços institucionais. A literatura nacional aponta que a convivência entre línguas em modalidades distintas exige políticas linguísticas que reconheçam a Libras como língua primeira e o português como segunda língua, evitando práticas assimilacionistas que responsabilizam o sujeito surdo por sua exclusão (Reis; Lima, 2022).

Ambientes que reconhecem a Libras como língua legítima de interação favorecem a autonomia, o engajamento social e a participação cidadã das pessoas surdas. A negação desse reconhecimento, por outro lado, limita o acesso à informação, à formação e ao trabalho, reforçando desigualdades historicamente construídas (Castro Júnior et al., 2025; Rocha; Pasian, 2023).

Dessa forma, os Estudos Surdos, ao situarem a Libras no centro das práticas sociais, oferecem um referencial crítico fundamental para a análise da acessibilidade linguística. Ao problematizar modelos hegemônicos de comunicação, esse campo teórico contribui para a compreensão das condições de participação social das pessoas surdas e para o enfrentamento das barreiras linguísticas presentes nos diferentes espaços sociais, inclusive no mundo do trabalho (Quadros; Stumpf, 2022).

Nesse contexto, a centralidade da Libras defendida pelos Estudos Surdos extrapola o campo teórico e demanda reconhecimento institucional e jurídico que assegure sua legitimidade nos diferentes espaços sociais. No Brasil, esse reconhecimento materializa-se principalmente por meio da Lei nº 10.436/2002 e de sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005, dispositivos que

formalizam direitos linguísticos historicamente reivindicados pela comunidade surda e que serão analisados a seguir.

### **2.1.1. O Reconhecimento Legal da Libras e Seus Desdobramentos para a Acessibilidade Linguística**

O reconhecimento jurídico da Língua Brasileira de Sinais constitui um marco estruturante para a consolidação dos pressupostos defendidos pelos Estudos Surdos no Brasil. A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, ao reconhecer a Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras, estabelece oficialmente o estatuto linguístico dessa língua e rompe com a tradição histórica de marginalização das línguas de sinais. Ao afirmar que a Libras é um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, a legislação alinha-se à concepção da surdez como diferença linguística e cultural, conforme defendido pelos Estudos Surdos (Brasil, 2002; Skliar, 2012; Strobel, 2008).

A promulgação da Lei nº 10.436/2002 representa, nesse sentido, um deslocamento simbólico e político ao reconhecer que a participação social das pessoas surdas depende do acesso pleno à sua língua. Quadros (2019) destaca que o reconhecimento jurídico da Libras legitima sua centralidade nos processos de socialização, ensino e interação institucional, afastando-a da condição de recurso compensatório. Contudo, a própria lei explicita a coexistência entre Libras e língua portuguesa, ao afirmar que a língua de sinais não substitui a modalidade escrita do português, o que evidencia a necessidade de políticas bilíngues que respeitem as especificidades linguísticas da população surda (Brasil, 2002).

A regulamentação da Lei nº 10.436/2002 ocorre por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que detalha as condições para a implementação dos direitos linguísticos assegurados. O decreto define a pessoa surda a partir de sua experiência visual e do uso da Libras como elemento central de sua cultura, reforçando o entendimento da surdez para além de critérios biomédicos. Além disso, estabelece diretrizes para a educação bilíngue, a formação de professores e a inserção da Libras nos cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia, aproximando o campo normativo das discussões teóricas dos Estudos Surdos (Brasil, 2005; Reis; Lima, 2022).

Apesar desses avanços legais, a literatura brasileira aponta que a efetivação da legislação enfrenta limites nas práticas institucionais. Rocha e Pasian (2023) demonstram que, mesmo após duas décadas da Lei de Libras e quase vinte anos do Decreto nº 5.626/2005, persistem barreiras linguísticas que mantêm o português como parâmetro hegemônico de competência social. Essa distância entre o reconhecimento formal e a prática cotidiana evidencia que a acessibilidade linguística não se concretiza apenas por meio da legislação, mas exige mudanças estruturais nos modos de organização social e comunicacional (Brasil, 2005).

Sob a perspectiva dos Estudos Surdos, essa limitação revela a permanência de práticas ouvintistas que desconsideram a centralidade da Libras como língua de produção de conhecimento e interação social. Strobel (2008) argumenta que a marginalização da língua de sinais compromete a participação plena das pessoas surdas, mesmo em contextos amparados por dispositivos legais. Assim, a legislação, embora necessária, mostra-se insuficiente quando não acompanhada de transformações culturais que

reconheçam a Libras como língua legítima em todos os espaços sociais.

O protagonismo surdo é elemento central na construção e na defesa desses marcos legais. Brito (2025) evidencia que a Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 resultam de lutas políticas e culturais protagonizadas pela comunidade surda brasileira, que reivindicou o direito de ser reconhecida em sua própria língua. Esse protagonismo reforça a compreensão de que a legislação não representa mera concessão estatal, mas conquista coletiva que demanda implementação contínua e vigilância social (Brasil, 2002; Brasil, 2005).

No contexto contemporâneo, percebe-se que a efetivação do Decreto nº 5.626/2005 ainda encontra obstáculos significativos nos ambientes institucionais e no mundo do trabalho, marcados pela centralidade da oralidade e do texto escrito. Castro Júnior et al. (2025) destacam que a ausência de políticas linguísticas efetivas limita o acesso à informação e à participação profissional das pessoas surdas, evidenciando que a acessibilidade linguística permanece como desafio estrutural, apesar do arcabouço legal existente (Brasil, 2005).

Dessa forma, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 constituem bases normativas fundamentais para a centralidade da Libras defendida pelos Estudos Surdos. Entretanto, a literatura analisada indica que a consolidação desses dispositivos legais depende de sua articulação com práticas educacionais, institucionais e laborais que reconheçam a Libras como língua legítima de interação, produção de conhecimento e exercício da cidadania (Quadros; Stumpf, 2022; Rocha; Pasian, 2023).

A análise do reconhecimento legal da Libras e de seus desdobramentos evidencia avanços importantes no campo dos direitos linguísticos e da acessibilidade para a comunidade surda, ao mesmo tempo em que revela desafios persistentes relacionados à implementação efetiva dessas garantias. A centralidade da Libras, consagrada em dispositivos legais, só se concretiza plenamente quando acompanhada de políticas inclusivas e de transformações institucionais que assegurem sua presença em todos os espaços sociais. Diante desse panorama, é fundamental aprofundar a discussão sobre as práticas educativas e as estratégias de formação que possam promover a efetiva valorização da Libras e o protagonismo surdo, temas que serão abordados a seguir.

## **2.2. Educação Bilíngue e os Desafios do Ensino da Língua Portuguesa para Surdos**

A educação bilíngue para surdos fundamenta-se no princípio da coexistência de duas línguas em funções distintas e complementares: a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como língua de instrução, interação e constituição identitária, e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua e meio de acesso a contextos sociais mais amplos. Esse modelo busca superar a histórica exclusão linguística vivenciada pela comunidade surda, reconhecendo que o desenvolvimento cognitivo e educacional do aluno surdo depende do acesso pleno a uma língua visual-gestual desde os primeiros anos de escolarização (Lacerda, 2014).

Do ponto de vista histórico, o ensino da língua portuguesa para surdos foi marcado por práticas assimilacionistas, que priorizavam a oralização e desconsideravam a língua de sinais como meio legítimo de instrução. A perspectiva bilíngue rompe com esse paradigma ao

compreender que o português escrito deve ser ensinado como segunda língua, respeitando a Libras como língua primeira. Essa mudança conceitual desloca o foco da deficiência para a diferença linguística, alinhando-se aos pressupostos dos Estudos Surdos e às diretrizes da educação inclusiva contemporânea (Skliar, 2012; Quadros, 2019).

Entretanto, os desafios relacionados ao ensino da língua portuguesa para alunos surdos permanecem significativos. A principal dificuldade decorre do fato de que se trata de uma língua com modalidade oral-auditiva, cuja estrutura fonológica e gramatical difere profundamente da Libras, língua visuoespacial. Enquanto a Libras organiza-se por meio do uso do espaço, de expressões faciais e de movimentos corporais, o português escrito apresenta linearidade sintática e forte dependência de elementos funcionais, como artigos, preposições e flexões verbais, o que exige do aluno surdo processos cognitivos distintos daqueles utilizados em sua língua primeira (Fernandes, 2006).

Essa diferença estrutural demanda metodologias específicas, mediadas visualmente, que valorizem o conhecimento prévio em Libras e promovam uma aprendizagem significativa da escrita. A pouca exposição precoce ao português, associada à ausência de materiais didáticos bilíngues adequados e à formação insuficiente de professores especializados, contribui para a manutenção das dificuldades no processo de alfabetização e letramento em língua portuguesa. Nesse contexto, estratégias pedagógicas inovadoras, como o uso de tradução audiovisual entre Libras e português, recursos multimodais e a valorização da cultura surda, mostram-se fundamentais para o sucesso da educação bilíngue.

Quadros (2019) defende que o ensino do português como segunda língua deve apoiar-se na comparação sistemática entre as línguas, explorando semelhanças e diferenças sem impor a estrutura da língua oral. A tradução interlinguística, o uso de tecnologias digitais bilíngues, os recursos imagéticos e o trabalho com gêneros textuais contextualizados à experiência visual do aluno surdo constituem estratégias eficazes nesse processo. Nessa dinâmica, o papel do professor bilíngue e do intérprete de Libras torna-se central para garantir o acesso ao conteúdo e a mediação linguística adequada.

A literatura sobre aquisição da escrita por surdos aponta que o desenvolvimento do português escrito ocorre por meio de estágios de interlíngua, nos quais o aluno mobiliza conhecimentos da Libras para construir hipóteses sobre a língua portuguesa. Conforme descrito por Brochado (2003, apud Quadros; Schmiedt, 2006), esses estágios evidenciam um percurso gradual, no qual o aluno transita de estruturas fortemente influenciadas pela língua de sinais para formas cada vez mais próximas da gramática do português. Compreender esses estágios é fundamental para evitar interpretações equivocadas que associam essas produções a déficits cognitivos, quando, na realidade, trata-se de processos naturais de aprendizagem de uma segunda língua.

No âmbito da alfabetização, Quadros e Schmiedt (2006) ressaltam que o ensino da leitura e da escrita deve ser contextualizado, partindo de textos significativos para o aluno surdo. O professor mediador assume papel estratégico ao planejar atividades que considerem o objetivo da leitura, seja para compreensão global, seja para identificação de informações específicas, e ao explicitar para o aluno a finalidade da atividade proposta. Nesse processo, o uso da

Libras como língua de mediação pedagógica é não apenas adequado, mas necessário para a construção de sentido.

As autoras destacam que, no desenvolvimento da leitura em alunos surdos, a compreensão antecede a produção, assim como a leitura precede a escrita. Esse percurso envolve diferentes níveis, que vão desde a associação entre sinais e objetos concretos até a leitura de palavras inseridas em textos escritos. Essa sequência evidencia a importância de respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno surdo e de reconhecer que o domínio da leitura não se constrói de forma imediata, mas por meio de experiências linguísticas sistematicamente mediadas (Quadros; Schmiedt, 2006).

Assim, as dificuldades e possibilidades relacionadas ao ensino da leitura e da escrita em língua portuguesa para surdos não se restringem ao contexto escolar, mas projetam-se para outras esferas da vida social. A forma como o sujeito surdo se apropria do português escrito ao longo de sua escolarização influencia diretamente sua participação em práticas sociais mediadas pelo texto, especialmente no mundo do trabalho, onde a leitura e a escrita assumem funções normativas, informativas e operacionais.

O ensino da leitura e da escrita em língua portuguesa para surdos enfrenta desafios que vão além da escola, impactando diretamente sua inclusão social e profissional, especialmente pela dificuldade de compreensão de textos normativos e informativos no ambiente de trabalho. A superação dessas barreiras depende da articulação de políticas públicas, formação docente adequada, práticas pedagógicas adaptadas e recursos bilíngues eficazes, valorizando a Libras como língua primeira e o português como segunda língua. Portanto, a educação bilíngue deve ampliar o repertório

comunicativo dos surdos, promover sua autonomia e garantir sua participação plena em diferentes áreas da vida social.

### **2.3 A leitura e a escrita em língua portuguesa como fator de inclusão social e laboral**

A leitura e a escrita em língua portuguesa constituem práticas sociais centrais na organização da vida contemporânea e assumem papel decisivo nos processos de inclusão social e laboral. No contexto das pessoas surdas, essas práticas não se configuram apenas como habilidades escolares, mas como instrumentos de acesso a direitos, informações e oportunidades no mundo do trabalho. A apropriação do português escrito, enquanto segunda língua, possibilita ao sujeito surdo transitar por diferentes esferas sociais marcadas pela centralidade do texto, ampliando sua autonomia e participação cidadã (Quadros, 2019).

No ambiente laboral, a leitura e a escrita estão presentes em múltiplas situações comunicativas, como o preenchimento de formulários, a compreensão de normas internas, o uso de sistemas digitais, a leitura de manuais técnicos e a comunicação por meio de e-mails e relatórios. Para muitos trabalhadores surdos, a dificuldade no domínio do português escrito pode representar uma barreira significativa, restringindo o acesso pleno às informações e gerando situações de dependência de terceiros. Essa condição evidencia que a exclusão linguística ultrapassa os limites da escola e se manifesta de forma concreta nas relações de trabalho e nas possibilidades de ascensão profissional (Rocha; Pasian, 2023).

A literatura sobre educação bilíngue aponta que essas dificuldades não decorrem de limitações cognitivas, mas das condições históricas

de acesso à língua portuguesa como segunda língua. Conforme discutido no item anterior, o ensino do português para surdos, quando descontextualizado e pautado em modelos normativos, compromete o desenvolvimento de competências leitoras e escritoras funcionais. No mundo do trabalho, essas lacunas tornam-se ainda mais evidentes, pois a leitura e a escrita deixam de ser atividades escolares mediadas e passam a operar como exigências institucionais diretas (Fernandes, 2006).

Sob essa perspectiva, a leitura e a escrita devem ser compreendidas como práticas sociais situadas, vinculadas a contextos específicos de uso. Quadros e Schmiedt (2006) destacam que a compreensão precede a produção textual no processo de aprendizagem de alunos surdos, princípio que também se aplica às práticas laborais. Para que o trabalhador surdo compreenda documentos e produza textos funcionais, é necessário que esses materiais sejam acessíveis linguisticamente e que haja mediação adequada entre Libras e português escrito, respeitando o percurso de aprendizagem do sujeito.

A ausência de acessibilidade linguística no ambiente de trabalho pode resultar em exclusão simbólica e funcional, mesmo quando há inserção formal do trabalhador surdo. Strobel (2008) argumenta que a negação das condições linguísticas adequadas compromete o reconhecimento da identidade surda e reforça práticas ouvintistas, nas quais a língua majoritária é imposta como único parâmetro de competência. Assim, a inclusão laboral não se efetiva apenas pela contratação, mas pela garantia de condições comunicacionais que permitam a participação plena do sujeito surdo nas atividades profissionais.

Nesse sentido, a competência em leitura e escrita em língua portuguesa deve ser articulada a políticas institucionais de acessibilidade linguística no trabalho. Isso envolve a produção de materiais escritos em linguagem clara, o uso de recursos visuais e multimodais, a disponibilização de versões audiovisuais em Libras e a valorização da mediação linguística quando necessária. Castro Júnior et al. (2025) destacam que práticas de acessibilidade digital e linguística ampliam significativamente as possibilidades de inclusão de pessoas surdas em ambientes profissionais cada vez mais mediados por tecnologias.

A escola bilíngue, portanto, desempenha papel estratégico ao preparar o aluno surdo para enfrentar as exigências linguísticas do mundo do trabalho. O ensino do português escrito, quando orientado para o uso social da língua, contribui para o desenvolvimento de competências leitoras e escritoras funcionais, voltadas à compreensão e produção de textos presentes nas práticas laborais. Esse processo não implica a substituição da Libras, mas a ampliação do repertório linguístico do sujeito, permitindo-lhe atuar em contextos diversos sem abrir mão de sua identidade linguística (Skliar, 2012).

Desse modo, a leitura e a escrita em língua portuguesa devem ser compreendidas como fatores de inclusão social e laboral quando articuladas a uma perspectiva bilíngue e culturalmente sensível. A promoção dessas competências exige a superação de modelos educacionais e organizacionais excludentes, bem como o reconhecimento de que a acessibilidade linguística é condição fundamental para a efetivação dos direitos das pessoas surdas no mundo do trabalho. Ao integrar educação, linguagem e práticas

sociais, torna-se possível construir ambientes laborais mais justos, acessíveis e inclusivos.

### **3. METODOLOGIA**

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, explicitando o tipo de estudo, a abordagem, o delineamento metodológico, as fontes de dados e os procedimentos de análise. A descrição detalhada desses elementos visa assegurar o rigor científico, a transparência metodológica e a possibilidade de replicação do estudo, conforme orientações clássicas da metodologia científica na área das Ciências Humanas e Sociais.

#### **3.1. Tipo e Abordagem da Pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, voltada para a compreensão de fenômenos sociais complexos como acessibilidade linguística, leitura e escrita em língua portuguesa, e inclusão de pessoas surdas, privilegiando a interpretação de práticas e significados nos contextos em que ocorrem (Minayo, 2021). O estudo apresenta caráter descritivo e exploratório, buscando tanto descrever experiências e políticas relacionadas à educação bilíngue de surdos quanto explorar a relação entre letramento em português e inserção no mercado de trabalho, um tema ainda pouco aprofundado na literatura nacional (Gil, 2020).

#### **3.2. Delineamento Metodológico: Pesquisa Bibliográfica e Documental**

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental. A pesquisa

bibliográfica consiste no levantamento, seleção e análise crítica de produções científicas já publicadas, como livros, artigos, dissertações e teses, permitindo ao pesquisador estabelecer diálogo sistemático com o conhecimento acumulado sobre o tema investigado. Para Marconi e Lakatos (2021), esse tipo de pesquisa é essencial para a construção do referencial teórico e para a identificação de tendências, convergências e lacunas existentes na produção acadêmica.

Complementarmente, a pesquisa documental possibilita a análise de documentos que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, como legislações, diretrizes oficiais, relatórios institucionais e normativas educacionais. De acordo com Gil (2020), a pesquisa documental é particularmente relevante quando se pretende compreender políticas públicas e marcos regulatórios, uma vez que esses documentos expressam concepções, intenções e diretrizes que orientam práticas sociais e institucionais. No presente estudo, a análise documental contribui para compreender como a acessibilidade linguística e a educação bilíngue são tratadas nos documentos oficiais que regulamentam a educação de surdos e a inclusão social e laboral.

### **3.3. Universo Analítico da Pesquisa**

Embora não se trate de uma pesquisa empírica de campo, o estudo considera como universo analítico as experiências e práticas descritas na literatura envolvendo pessoas surdas adultas inseridas no mercado de trabalho, estudantes surdos da educação básica, professores bilíngues e intérpretes de Libras. Segundo Severino (2021), em pesquisas de natureza bibliográfica e documental, os sujeitos não participam diretamente da investigação, mas estão

representados nos discursos, análises e registros presentes nas fontes estudadas.

Esse recorte analítico permite compreender diferentes perspectivas sobre os desafios da leitura e da escrita em língua portuguesa, bem como sobre a acessibilidade linguística em contextos educacionais e profissionais, respeitando a diversidade de experiências e níveis de escolarização presentes na comunidade surda.

### **3.4. Procedimentos de Coleta de Dados**

A coleta de dados foi realizada por meio do levantamento bibliográfico em bases digitais reconhecidas na área da Educação e das Ciências Humanas, priorizando produções publicadas nos últimos dez anos, e pela seleção de documentos oficiais relacionados à educação de surdos e à acessibilidade linguística. A definição dos critérios de seleção das fontes considerou a relevância temática, a atualidade das publicações e a coerência com os objetivos da pesquisa, conforme orientam Marconi e Lakatos (2021).

Foram analisadas produções acadêmicas que discutem os Estudos Surdos, a educação bilíngue, o ensino do português escrito como segunda língua e a inclusão social e laboral de pessoas surdas, bem como legislações e diretrizes que tratam do reconhecimento da Libras e da garantia de acessibilidade linguística. Esse procedimento possibilitou reunir um corpus teórico e normativo consistente para a análise proposta.

### **3.5. Procedimentos de Análise dos Dados**

A análise dos dados foi realizada por meio da análise temática, método amplamente utilizado em pesquisas qualitativas nas

Ciências Humanas. Segundo Minayo (2021), a análise temática consiste em identificar núcleos de sentido presentes nos textos analisados, organizando-os em categorias que permitem interpretar os significados e as relações subjacentes ao fenômeno investigado.

O processo analítico envolveu a leitura exaustiva do material selecionado, a identificação de temas recorrentes e a organização desses temas em eixos analíticos coerentes com os objetivos do estudo. A análise buscou ir além da descrição dos dados, privilegiando uma interpretação crítica e contextualizada das produções acadêmicas e dos documentos oficiais, conforme orienta Severino (2021), ao destacar que a pesquisa qualitativa exige um movimento reflexivo e interpretativo constante por parte do pesquisador.

A partir desse procedimento, foi possível articular os achados da literatura e dos documentos analisados aos pressupostos teóricos discutidos na fundamentação, contribuindo para a compreensão dos desafios e das possibilidades da acessibilidade linguística para pessoas surdas, especialmente no que se refere à leitura e à escrita em língua portuguesa como fator de inclusão social e laboral.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este capítulo apresenta e discute os resultados obtidos a partir da análise do material teórico e documental levantado na pesquisa, articulando-os aos pressupostos apresentados na fundamentação teórica. A organização dos resultados segue os eixos analíticos definidos na metodologia, possibilitando a comparação crítica entre os achados da revisão de literatura, os marcos legais e as reflexões teóricas produzidas pelos Estudos Surdos.

#### **4.1 A centralidade da Libras e os limites do reconhecimento legal: entre avanços normativos e práticas excludentes**

A análise do *corpus* teórico referente aos Estudos Surdos e à legislação brasileira evidencia um consenso importante na literatura: a surdez é compreendida, majoritariamente, como uma diferença linguística e cultural, e não como uma deficiência a ser corrigida. Autores como Skliar (2012), Strobel (2008) e Quadros (2019) sustentam que a Língua Brasileira de Sinais constitui a base da constituição identitária, cognitiva e social das pessoas surdas, devendo ocupar lugar central nos processos educacionais e sociais. Esse entendimento aparece de forma recorrente nos textos analisados, configurando-se como um dos principais resultados desta pesquisa.

Do ponto de vista normativo, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 representam marcos significativos no reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão. A legislação analisada reafirma o estatuto linguístico da Libras, alinhando-se, em nível formal, às concepções defendidas pelos Estudos Surdos. Esse reconhecimento jurídico pode ser interpretado como resultado direto das lutas históricas do movimento surdo, conforme argumenta Brito (2025), ao demonstrar que a institucionalização da Libras decorre de reivindicações políticas protagonizadas pela própria comunidade surda.

Entretanto, ao confrontar o discurso legal com as análises críticas presentes na literatura recente, emerge um resultado central desta pesquisa: o reconhecimento normativo da Libras não se traduz automaticamente em acessibilidade linguística efetiva. Rocha e Pasian (2023) evidenciam que, mesmo após duas décadas da Lei de

Libras, persistem barreiras estruturais que mantêm a língua portuguesa como parâmetro hegemônico de participação social. Esse distanciamento entre o que é garantido legalmente e o que se concretiza nas práticas institucionais aparece de forma recorrente nos estudos analisados.

A literatura aponta que a centralidade da Libras, embora reconhecida juridicamente, continua sendo tensionada por práticas ouvintistas que relegam a língua de sinais a um papel secundário. Strobel (2008) argumenta que tais práticas produzem exclusão simbólica, pois desconsideram a Libras como língua legítima de produção de conhecimento e interação social. Esse resultado reforça a ideia de que a acessibilidade linguística não se limita à presença de dispositivos legais, mas depende de transformações culturais e institucionais mais profundas.

Quadros (2019) contribui para essa discussão ao afirmar que reconhecer a Libras como língua implica reorganizar práticas pedagógicas, comunicacionais e institucionais a partir de uma perspectiva bilíngue. Contudo, os dados da literatura analisada indicam que essa reorganização ocorre de forma desigual e fragmentada, o que compromete a efetivação dos direitos linguísticos das pessoas surdas, especialmente em espaços não escolares, como o mundo do trabalho.

A comparação entre os pressupostos teóricos dos Estudos Surdos e os marcos legais revela, portanto, uma contradição central: embora haja convergência conceitual entre teoria e legislação, a implementação prática desse reconhecimento permanece limitada. Esse achado dialoga diretamente com o problema da pesquisa, ao evidenciar que a exclusão linguística das pessoas surdas não decorre

da ausência de legislação, mas da fragilidade na operacionalização das políticas de acessibilidade linguística.

Tabela 1 – Síntese analítica dos resultados relativos aos Estudos Surdos e à legislação da Libras

<b>Eixo Analítico</b>	<b>Síntese dos Resultados</b>
Concepção de surdez	Predominância da compreensão da surdez como diferença linguística e cultural, conforme os Estudos Surdos
Status da Libras	Reconhecimento da Libras como língua primeira e elemento central da identidade surda
Marco legal	Consolidação do reconhecimento jurídico por meio da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005
Limites identificados	Distanciamento entre o reconhecimento legal da Libras e sua efetiva centralidade nas práticas sociais

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura (2026).

A análise desses resultados permite afirmar que a legislação brasileira representa um avanço incontestável no reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade surda, mas não garante, por si só, a superação das desigualdades comunicacionais. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que ultrapassem o plano normativo e promovam mudanças estruturais nas práticas educacionais, institucionais e laborais, aspecto que será aprofundado nos próximos itens de resultados e discussões.

#### **4.2. Educação Bilíngue e Ensino do Português Escrito: Resultados da Revisão e Problematizações Críticas**

A partir dos limites identificados no reconhecimento formal da Libras, analisados no item anterior, torna-se necessário compreender como esses tensionamentos se desdobram no campo educacional, especialmente no ensino da língua portuguesa escrita no contexto da educação bilíngue.

A análise das produções acadêmicas que compõem o corpus desta pesquisa evidencia um conjunto consistente de dados acerca da educação bilíngue de surdos e do ensino da língua portuguesa na modalidade escrita. De modo geral, os estudos analisados convergem ao reconhecer a educação bilíngue como modelo mais adequado para a escolarização de pessoas surdas, fundamentado na Libras como língua de instrução e interação e no português escrito como segunda língua, responsável por mediar o acesso a práticas sociais mais amplas (Lacerda, 2014; Quadros, 2019).

Esse reconhecimento aparece de forma reiterada na literatura, configurando um dos principais resultados deste eixo de análise. No entanto, os dados levantados na revisão indicam que, apesar da consolidação conceitual da educação bilíngue, o ensino do português escrito permanece como um dos maiores desafios nos contextos educacionais descritos. Fernandes (2006) aponta que a principal dificuldade reside no fato de que o português apresenta uma modalidade linguística distinta da Libras, o que exige metodologias específicas, visualmente mediadas e ancoradas no conhecimento prévio em língua de sinais. A recorrência desse argumento nos estudos analisados indica que tal desafio não é pontual, mas estrutural.

Outro dado relevante identificado na revisão refere-se à persistência de práticas pedagógicas centradas na norma do português, mesmo

em contextos que se autodeclaram bilíngues. Os textos analisados evidenciam que, embora o discurso institucional reconheça o português como segunda língua, as estratégias de ensino frequentemente assumem caráter corretivo, orientadas pela comparação com padrões da língua oral majoritária. Quadros (2019) problematiza esse cenário ao afirmar que o ensino do português como L2 não deve se organizar a partir da lógica da correção, mas da mediação interlinguística e da construção de sentidos a partir da Libras.

Os dados da revisão também revelam que os processos de interlíngua são amplamente mencionados nos estudos que tratam da escrita de alunos surdos. Quadros e Schmiedt (2006) descrevem a interlíngua como etapa natural do desenvolvimento da língua escrita, marcada por transferências estruturais da Libras para o português. Entretanto, a análise do corpus indica que essas produções continuam sendo interpretadas, em muitos contextos, como indícios de déficit ou atraso, e não como parte do percurso de aprendizagem de uma segunda língua. Esse dado reforça a permanência de concepções normativas e pouco sensíveis ao bilinguismo.

Outro resultado recorrente diz respeito à formação docente. Os estudos analisados apontam, de forma reiterada, lacunas na formação inicial e continuada de professores para atuar em contextos bilíngues. Lacerda (2014) destaca que a ausência de formação específica compromete a implementação de práticas pedagógicas coerentes com os pressupostos da educação bilíngue, o que se reflete diretamente na qualidade do ensino do português escrito. Esse dado aparece de maneira transversal no corpus

analisado, evidenciando um problema estrutural que ultrapassa iniciativas isoladas.

A discussão desses resultados permite afirmar que há uma tensão constante entre os pressupostos teóricos da educação bilíngue e as práticas efetivamente descritas na literatura. Embora a Libras seja reconhecida como língua de instrução e o português como L2, os dados indicam que a centralidade da língua de sinais nem sempre se traduz em metodologias que respeitem a experiência visual e linguística do aluno surdo. Essa contradição contribui para a manutenção das dificuldades no domínio da leitura e da escrita em língua portuguesa.

Esses achados dialogam diretamente com o problema desta pesquisa, ao evidenciar que as barreiras enfrentadas por pessoas surdas no processo de alfabetização e letramento não estão relacionadas a limitações cognitivas individuais, mas às condições pedagógicas e institucionais em que o ensino do português escrito ocorre. A análise dos resultados reforça a necessidade de compreender a educação bilíngue não apenas como diretriz normativa ou discurso pedagógico, mas como política linguística que exige investimentos concretos em formação docente, produção de materiais bilíngues e reorganização das práticas escolares.

Dessa forma, os resultados deste eixo demonstram que o ensino do português escrito permanece como ponto crítico da educação bilíngue de surdos, revelando limites na implementação de seus princípios teóricos. Essas limitações tornam-se ainda mais significativas quando se considera a transposição dessas competências para contextos sociais mais amplos, como o mundo

do trabalho, aspecto que será discutido no próximo item de resultados e discussões.

As limitações identificadas no ensino do português escrito no contexto escolar não se encerram na trajetória educacional, mas produzem efeitos diretos nas possibilidades de participação social e profissional das pessoas surdas, especialmente em contextos nos quais a leitura e a escrita constituem exigências institucionais centrais.

### **4.3. Leitura e Escrita em Língua Portuguesa e Inclusão Social e Laboral de Pessoas Surdas**

A relação entre leitura, escrita e inclusão social e laboral de pessoas surdas evidencia que o domínio do português escrito ultrapassa o âmbito escolar e assume função estratégica na participação em práticas sociais institucionalizadas, especialmente no mundo do trabalho. Os estudos analisados convergem ao afirmar que a leitura e a escrita em língua portuguesa operam como instrumentos de acesso a direitos, informações e oportunidades profissionais, configurando-se como exigências estruturais em ambientes laborais marcados pela centralidade do texto escrito (Quadros, 2019; Fernandes, 2006).

Os dados da revisão indicam que, no contexto do trabalho, a leitura e a escrita estão presentes em múltiplas situações, como a compreensão de normas internas, contratos, manuais técnicos, formulários, plataformas digitais e comunicações institucionais. Para pessoas surdas, a dificuldade no domínio funcional do português escrito aparece, de forma recorrente nos estudos analisados, como fator que compromete a autonomia profissional e amplia situações

de dependência comunicacional. Rocha e Pasian (2023) destacam que, mesmo quando há inserção formal no mercado de trabalho, a ausência de acessibilidade linguística mantém processos de exclusão simbólica e operacional.

Os pressupostos da educação bilíngue evidencia que essas dificuldades não decorrem de limitações cognitivas individuais, mas das condições históricas e educacionais de acesso à língua portuguesa como segunda língua. Conforme discutido no capítulo teórico, o ensino do português escrito, quando pautado por modelos normativos e descontextualizados, compromete o desenvolvimento de competências leitoras e escritoras funcionais. No mundo do trabalho, essa fragilidade torna-se mais visível, pois a leitura e a escrita deixam de ser mediadas pedagogicamente e passam a operar como exigências institucionais diretas.

Percebe-se que a ausência de políticas de acessibilidade linguística no ambiente laboral reforça práticas ouvintistas, nas quais a língua majoritária é tratada como único parâmetro legítimo de competência profissional. Strobel (2008) argumenta que essa lógica produz exclusão mesmo em contextos que se autodeclaram inclusivos, pois ignora a Libras como língua legítima de interação e produção de sentidos. A revisão evidencia que, na maioria dos ambientes de trabalho descritos, a Libras aparece de forma pontual, geralmente restrita à mediação por intérpretes, sem reorganização efetiva das práticas comunicacionais.

Em relação entre leitura, escrita e autonomia profissional. Os dados indicam que a dificuldade de compreender textos escritos compromete não apenas o desempenho técnico, mas também a participação em processos decisórios, avaliações de desempenho e

oportunidades de progressão na carreira. Quadros e Schmiedt (2006) contribuem para essa discussão ao enfatizar que a compreensão precede a produção textual, princípio que também se aplica às práticas laborais. Quando o trabalhador surdo não compreende plenamente os textos que circulam no ambiente profissional, sua participação torna-se limitada, reforçando desigualdades estruturais.

Os textos pesquisados também apontam que a acessibilidade linguística no trabalho não se efetiva apenas pela presença de recursos pontuais, como intérpretes, mas pela adoção de práticas institucionais que considerem a diversidade linguística. Estudos recentes destacam a importância de materiais escritos em linguagem clara, recursos visuais, versões bilíngues de documentos e uso de tecnologias digitais acessíveis como estratégias que ampliam a participação das pessoas surdas em ambientes profissionais (Castro Júnior et al., 2025).

Sendo assim, é relevante mencionar que a inclusão laboral de pessoas surdas permanece condicionada à centralidade da língua portuguesa escrita, sem que haja, na mesma proporção, investimentos institucionais na acessibilidade linguística. Esse cenário evidencia uma contradição central: embora a legislação e os discursos inclusivos reconheçam a Libras e os direitos linguísticos da comunidade surda, as práticas laborais continuam organizadas a partir de uma lógica monolíngue e ouvintista.

Esses achados dialogam diretamente com o problema da pesquisa, ao demonstrar que a exclusão linguística no trabalho não é resultado da ausência de escolarização ou de esforço individual, mas da forma como as instituições estruturam suas práticas

comunicacionais. A leitura e a escrita em língua portuguesa, quando compreendidas apenas como competências individuais, ocultam o caráter político e social da acessibilidade linguística, deslocando a responsabilidade da inclusão para o sujeito surdo.

Dessa forma, os resultados deste eixo reforçam a necessidade de articular educação bilíngue, políticas de acessibilidade linguística e práticas laborais inclusivas. A análise evidencia que a efetiva inclusão social e profissional de pessoas surdas depende da superação de modelos institucionais que privilegiam exclusivamente a língua majoritária, reconhecendo a Libras como língua legítima também nos espaços de trabalho. Esses resultados evidenciam que a exclusão linguística no mundo do trabalho está menos associada às competências individuais das pessoas surdas e mais às formas como as instituições organizam suas práticas comunicacionais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo dos resultados e discussões evidenciou que os obstáculos enfrentados por pessoas surdas nos processos de escolarização e inserção social e laboral estão diretamente relacionados à forma como a sociedade brasileira organiza suas práticas linguísticas, educacionais e institucionais. Nesse sentido, este trabalho apresentou resultados positivos ao responder ao problema que orientou sua construção: compreender de que maneira a leitura e a escrita em língua portuguesa, articuladas à acessibilidade linguística e à educação bilíngue, interferem nos processos de inclusão de pessoas surdas no contexto brasileiro. Os achados demonstraram que as dificuldades observadas não se originam da condição surda, mas de estruturas

sociais que permanecem organizadas a partir de uma lógica monolíngue e excludente.

O reconhecimento formal da Libras representa um avanço político e jurídico, mas ainda não se concretiza em práticas sociais que garantam a plena participação das pessoas surdas, persistindo uma distância entre o discurso institucional e a vivência concreta dessa comunidade. A surdez segue sendo vista sob perspectivas de limitação, enquanto a hegemonia do português como única língua valorizada mantém a exclusão linguística. No campo educacional, embora a educação bilíngue seja defendida teoricamente, sua implementação é dificultada pela falta de metodologias adequadas, formação de professores e práticas que considerem o português como segunda língua, resultando em abordagens normativas que reforçam desigualdades e comprometem o desenvolvimento de competências significativas em leitura e escrita.

A análise dos processos de aprendizagem revelou que produções linguísticas marcadas por interferências da língua de sinais são parte natural do percurso de aquisição da escrita. No entanto, essas produções continuam sendo interpretadas como falhas ou desvios, o que evidencia a persistência de concepções que desconsideram o bilinguismo como condição legítima. Essa leitura equivocada impacta diretamente a trajetória escolar dos estudantes surdos, produzindo experiências de fracasso e desvalorização que poderiam ser evitadas por meio de práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade linguística.

As limitações observadas no contexto escolar não se encerram na educação básica, mas produzem efeitos diretos na vida social e profissional das pessoas surdas. A análise da relação entre leitura,

escrita e trabalho evidenciou que o domínio funcional da língua portuguesa escrita assume papel decisivo na inclusão laboral. Ambientes de trabalho continuam organizados a partir de práticas comunicacionais que privilegiam exclusivamente o texto escrito, sem considerar as especificidades linguísticas dos trabalhadores surdos. Essa organização produz situações de dependência, restringe a autonomia profissional e limita a participação em processos decisórios.

Os resultados indicaram que a inclusão laboral, quando não acompanhada de acessibilidade linguística efetiva, assume um caráter meramente formal. A presença de recursos pontuais, como intérpretes ou adaptações isoladas, não é suficiente para garantir participação plena se as práticas institucionais permanecem estruturadas de forma excludente. A leitura e a escrita, nesse contexto, deixam de ser instrumentos de emancipação e passam a funcionar como mecanismos de controle e exclusão social.

A análise realizada ao longo do trabalho permitiu deslocar o foco da responsabilidade da inclusão do indivíduo para as instituições. As dificuldades enfrentadas por pessoas surdas não podem ser compreendidas como resultado de insuficiência individual, mas como consequência de ambientes sociais que não reconhecem a diversidade linguística como princípio organizador. Esse deslocamento é fundamental para a construção de políticas públicas mais justas e eficazes.

Do ponto de vista social, este estudo contribui ao evidenciar que a acessibilidade linguística deve ser compreendida como direito fundamental e condição para o exercício pleno da cidadania. Garantir o direito de compreender e ser compreendido é garantir

participação social. A exclusão linguística, quando naturalizada, produz desigualdades profundas que atravessam a educação, o trabalho e as relações cotidianas. Ao problematizar essas estruturas, o trabalho contribui para ampliar o debate público sobre inclusão e justiça social.

No âmbito acadêmico, a pesquisa oferece uma análise integrada que articula linguagem, educação e trabalho, evidenciando a necessidade de abordagens interdisciplinares para compreender a inclusão de pessoas surdas. Ao conectar diferentes campos teóricos, o estudo amplia o entendimento sobre o papel da leitura e da escrita em contextos bilíngues e aponta para a necessidade de novas investigações que aprofundem essas questões, especialmente a partir de experiências concretas vividas por sujeitos surdos.

Para a inclusão de surdos no contexto brasileiro, os achados reforçam a urgência de uma abordagem que seja simultaneamente linguística, cultural e política. Reconhecer a Libras como língua legítima implica garantir sua presença efetiva em todos os espaços sociais, e não apenas na escola. Da mesma forma, promover o ensino do português escrito como segunda língua exige respeito às experiências visuais, aos tempos de aprendizagem e às identidades linguísticas dos sujeitos surdos. Uma inclusão justa pressupõe o abandono de modelos assimilacionistas e a valorização da diversidade como princípio ético.

Apesar dos avanços legais e discursivos, o Brasil ainda apresenta uma implementação fragmentada das políticas de acessibilidade linguística, mantendo a inclusão de pessoas surdas restrita ao plano simbólico e reforçando exclusões ao priorizar a língua portuguesa escrita como critério exclusivo de participação social. A verdadeira

transformação depende do reconhecimento da diversidade linguística como direito humano e do compromisso ético e político de converter leis e discursos em práticas efetivas, garantindo uma inclusão genuína, equitativa e responsável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 15 mar. 2026.

BRITO, Fábio Bezerra de. O direito de ser surdo em língua de sinais: o ativismo político-cultural surdo e a Lei de Libras no Brasil. **Revista Espaço**, edição especial, 2025.

Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1907>. Acesso em: 17 mar. 2026.

BROCHADO, Sônia Maria. **Aquisição da escrita por crianças surdas:** uma análise dos níveis de interlíngua. In: QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. (org.). Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2006. p. 29-38.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio et al. Libras e inclusão digital para pessoas surdas: uma análise das práticas tecnológicas e linguísticas no contexto do Sul Global. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 26, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v26i1.58135>.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/58135>. Acesso em: 15 mar. 2026.

FERNANDES, Sueli. **Educação bilíngue para surdos: desafios à formação de professores**. Curitiba: UFPR, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Educação bilíngue para surdos: concepções e práticas pedagógicas**. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 47, p. 11-29, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. Beyond language policies: deaf protagonism, Brazilian Sign Language and

deaf education. **Hrvatska revija za rehabilitacijska istraživanja**, v. 58, número especial, p. 279-299, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31299/hrri.58.si.15>. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/en/284349>. Acesso em: 16 mar. 2026.

REIS, Flaviane; LIMA, Marisa Dias. Educação bilíngue de surdos na LDB: uma nova conquista do movimento surdo. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 4, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v24i4.8670061>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8670061>. Acesso em: 15 mar. 2026.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; PASIAN, Mara Silvia. A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002-2022) após o reconhecimento da Lei de Libras. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469840565>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/40565>. Acesso em: 16 mar. 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional - Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA. E-mail: [elisangelajago@gmail.com](mailto:elisangelajago@gmail.com). ID

Lattes: 2381981839930316

<sup>2</sup> Orientadora Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional UNIALFA. e-mail: [ednamariajesus20@gmail.com](mailto:ednamariajesus20@gmail.com). ORCID:

0000-0003-3498-4290. Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/2527154939418859>